

As eleições municipais se aproximam: você já sabe em quem votar?

Divulgação TRE



Operação Urbana
Consorticiada (OUC)
do Corredor Antônio
Carlos/Pedro I

pág. 3

Márcio Lacerda e
Patrus falam de suas
propostas para a região
da Pampulha

págs. 6 e 7

Vale tudo para a Copa
do Mundo?

pág. 8 e 9

Construção do Hotel
Bristol na Av. Alfredo
Camarate é contestada

pág. 12

carta ao leitor

Com grande satisfação publicamos mais um de nossos jornais informativos para a comunidade da Pampulha, em especial a dos bairros que representamos. Apesar de estarmos fazendo uso da ferramenta "internet", o resultado de um jornal impresso é, sem dúvida, algo de que não podemos dispor. Essa nossa edição traz a novidade de um jornal com maior número de páginas, de forma a compensar o menor número de publicações anuais, e também de otimizar nosso custo, já que não fazemos uso da propaganda.

A Pro-Civitas, já no início de seu décimo ano de trabalho, continua em contato constante com as outras associações de nossa cidade organizadas em um grupo maior, hoje chamado de Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte (www.mambh.com.br). O MAMBH faz um levantamento dos problemas da cidade, lista prioridades e se une na busca de suas soluções. Como a união faz a força, temos obtido bons resultados em nossos trabalhos. Hoje também temos uma maior comunicação com a UFMG, o IAB, e o Ministério Público Estadual, sempre prontos a orientar-nos e apoiar-nos em nossos esforços, visando os interesses da coletividade e a manutenção da qualidade de vida e patrimônios ambiental, histórico e artístico de nossa região.

O Movimento, com a participação de várias associações, organizou um documento para os candidatos a vereadores e prefeitos, em que são listadas reivindicações para a cidade, e solicitado o compromisso de ética e transparência dos candidatos e a participação de lideranças comunitárias na gestão da política municipal. Esse documento deverá ser registrado em cartório, e devolvido ao Sr. Fernando Santana, coordenador do movimento. Agora no dia 25 de setembro recebemos os candidatos à prefeitura de nossa cidade para apresentação de seus planos de governo a todos os moradores da Pampulha. O Colégio Santa Marcelina mantém-se parceiro da associação, disponibilizando seu auditório para nossas reuniões e trabalhando na formação de cidadãos conscientes e participativos, condição indispensável ao bom funcionamento de uma democracia.

O crescimento desordenado de nossa cidade e o adensamento de nossa região, cujo fluxo de pessoas tende a aumentar ainda mais após as reformas dos estádios e novos usos planejados, forçará-nos a uma maior comunicação entre moradores, o que acreditamos ser extremamente positivo para reafirmar a importância da organização da união dos moradores.

Um forte abraço a todos,

Juliana Renault Vaz
Presidente da Pro-Civitas

Escreva para nós

Cartas à Pro-Civitas deverão ser enviadas para o email: pro_civitas@terra.com.br. Para sua publicação no jornal, informamos que poderão ser editadas em função do espaço.

cartas

Transparência na Secopa?

Faço parte de um grupo de moradores que compareceram à convocação da Minas Arena, empresa que administra as obras do que era, até agora, o Estádio do Mineirão. Para o governo cumprir a condição de "diálogo com a comunidade". No início de 2012, depois de um ano e meio de reuniões mensais, o grupo ainda não tinha informações concretas sobre qual era o projeto da construção, quais as regras de uso do espaço e como a empresa e os órgãos públicos iriam administrar os problemas de segurança, trânsito, limpeza, poluição sonora, entre outros, gerados pela transformação do que antes era um estádio de futebol em um espaço privado para a realização de megaeventos para até 65 mil pessoas, em área aberta. Preocupados com a falta de informação e cansados das respostas evasivas, fomos à sede da Secretaria de Estado Extraordinária para a Copa do Mundo – Secopa, para pesquisar a documentação que estaria à nossa disposição na Secretaria.

No dia 13 de março de 2012, compareci à Cidade Administrativa com outro morador, arquiteto, participante das reuniões. Fomos apresentados a duas pastas enormes, com uma papelada sem fim a qual podíamos consultar, mas não copiar ou fotografar, tudo para dificultar nosso trabalho. Separamos alguns documentos que julgamos pertinentes. Anotados os dados sobre estes documentos, quis escrever um ofício solicitando as cópias, mas o pessoal da Secopa se negou a receber um manuscrito. Assim, no dia seguinte (14 de março de 2012), enviei carta protocolada solicitando os documentos.

Não recebi nenhuma resposta até o dia 16 de maio, quando, tendo sido anunciada a abertura do Portal da Transparência, enviei imediatamente a mesma carta, solicitando providências. Em 6 de junho recebi um aviso de que o Portal necessitava de mais 10 dias para providenciar os documentos. Finalmente, em 18 de junho, recebi algumas cópias e a informação de que somente os documentos emitidos pela Secopa poderiam ser fornecidos. Os outros (alvarás de construção, licenciamentos etc.) deveriam ser solicitados aos órgãos emissores.

Como resultado, continuamos sem informação sobre o que mais precisávamos saber: quem autorizou a transformação do estádio em arena de shows, o que foi realmente autorizado, em que condições. É justo isso?

Regina Pinto de Carvalho – moradora do bairro São José e associada da Pro-Civitas

Desrespeito à natureza

Espero que o plantio de mudas de árvores que será feito no entorno da lagoa da Pampulha ocorra dentro de condições adequadas à sobrevivência das espécies. O plantio de algumas árvores e do

gramado no entorno da lagoa na última reforma ocorreu sem o devido preparo do terreno. A grama foi colocada em cima da terra seca, com restos da construção (pequenas pedras, cimento e outros resíduos) e não houve as regulares "regas" para garantir o desenvolvimento da grama e árvores ali plantadas. Várias mudas morreram e o gramado não vingou, por absoluta falta de trato e de água. Não podemos conviver com o desperdício do dinheiro público, deixando de oferecer à população obras de qualidade. Espero que todas as obras para a copa de 2014 deixem um relevante legado à população de Belo Horizonte e não sejam apenas maquiagem temporária para a cidade.

Tais Cunha – moradora da Pampulha e associada da Pro-Civitas

A amputação de uma avenida

A trincheira entre as avenidas Antônio Carlos e Santa Rosa, construída com muito dinheiro público para dar maior vazão ao trânsito caótico da região, depois de cinco anos teve que ser refeita. A obra não funcionava e seria necessário mudar tudo, implantando ali um corredor único, só para os ônibus. As mudanças foram feitas, mas não se eliminou o cruzamento de veículos entre as duas avenidas e não foi resolvido o congestionamento do corredor principal.

Agora, com a obra quase pronta (digo quase porque nunca termina), especialistas da BH-Trans resolvem amputar uma via da Av. Santa Rosa, sem ouvir a população e sem estudos convincentes que retiraram o tráfego do aeroporto para a lagoa da Pampulha, obrigando as pessoas a darem voltas enormes para chegarem à Casa do Baile ou ao late Clube e cercanias, passando pelo Viaduto José de Alencar, mesmo com as interdições para melhorias no Mineirão e em seu entorno. Isso mesmo: quem vier do aeroporto, Jaraguá, Santa Rosa, D. Clara e Cristiano Machado tem que dar voltas. Não sei se é para o transeunte conhecer a grande obra do viaduto, ou se é para que todos conheçam as outras vias de trânsito, mas o certo é que, outra vez, não se resolveu o nosso problema e, pelo contrário, criou-se mais um. Hoje, o trânsito continua caótico, o tráfego congestionado, a mobilidade urbana restrita e o povo... Ah, o povo? Que se dane.

Carlos Conrado Pinto Coelho – morador da Pampulha e associado da Pro-Civitas

Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luís e São José

Av. Santa Rosa, 123 - Belo Horizonte - MG
CEP: 31.270-750

Tel: 3490-4564 - e-mail: pro_civitas@terra.com.br
Site: www.pro-civitas.org.br

expediente

Associação Pro-Civitas dos bairros São Luís e São José

Diretoria

Presidente: Juliana Renault Vaz

Vice-Presidente: Claude René Camille Mines

Diretora de Comunicação e Eventos: Jussara Novais de Castro Santos

Diretor de Segurança: José Renato Ferreira de Assis

Diretor de Infra-Estrutura e Trânsito: Helder Alves Novais

Diretor de Meio Ambiente: Geraldo Amadeo Bertolotti Strambi

Diretor Jurídico: Nelson Ferreira Pinto

Diretora de Relações Comunitárias e Mobilização dos

Moradores do bairro São Luís: Nely Rocha Lopes

Diretora de Relações Comunitárias e Mobilização dos

Moradores do bairro São José: Regina Márcia Abijaodi Chalfun

Diretora de Relações Comunitárias e Mobilização do Comércio:

Thalsma Figueiredo Mata

Secretária: Lilian de Abreu Luzzi

Tesoureira: Júlia Ildelfonso Becattini

Conselheira Fiscal: Tais Cunha

Conselheira Consultiva: Cacilda Fonseca Bonfante

Edição: VFazitto Comunicação

Jornalista responsável/edição: Vilma Fazitto - Mtb. 1988

Reportagens: Ana Fazitto – 10.842 JP/MG, Lorena Carazza, 13.518 JP/MG e Conceição Amaral Mtb. 2690

Fotografia: Arquivo da Pro-Civitas

Projeto gráfico: Cláudia Mendonça

Editoração: Cleber Campos

Tiragem: 3.000 exemplares

Limpeza urbana

Para andar de cabeça erguida

O cachorro é um animal que, tanto quanto nós, seres humanos, tem a necessidade de socializar. É no simples passeio que o cão pratica a interação com outros ambientes, pessoas e animais. Sair às ruas com o cachorro significa também evitar o sedentarismo canino (sim, isso existe) e permitir também que ele faça suas necessidades fisiológicas livremente.

E por falar em necessidades fisiológicas, é preciso colaborar para que as calçadas não se tornem “campos minados”. Ao sair com o cachorro, deve-se levar um saco de lixo para depositar suas fezes. E isso é importante por várias razões.



Primeiro, porque é uma cortesia comum. É questão de educação e bom senso. Ninguém é obrigado a sair de casa e se deparar com fezes nas calçadas, e muito menos pisar nelas! Segundo: os dejetos abandonados podem hospedar doenças e parasitas transmissores de enfermidades. Podem, inclusive, infectar outros cães que tenham contato com a “caca” ou as pessoas que pisam nela e acabam a levando para casa. Por fim, outra boa razão para não deixar as fezes de seu cachorro na rua: é contra a lei!

Antes, essa questão era tratada pelo Código de Posturas do município de Belo Horizonte (Lei nº 8616/2003), que regulamentava, no artigo 33 do capítulo III, a

obrigatoriedade do dono do animal recolher os dejetos deixados nos espaços públicos. O não cumprimento resultava em multa no valor de R\$112,73, caso fosse flagrado por algum fiscal integrado da Prefeitura.

No entanto, desde 10 de setembro deste ano, a punição para os “sujões” ficou mais severa. Não mais tratada no Código de Posturas, essa questão agora está na Lei nº 10.534/2012, que dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no município. A multa para quem for flagrado abandonando a “caca” do animal nas ruas passou para R\$ 747,34.

Sendo assim, ao sair com o seu animal, não deixe de levar algo para acondicionar as fezes. Depois, basta dispensá-la em um vaso sanitário ou em seu lixo residencial. Lembrando sempre, claro, da importância da separação correta de seu lixo para a coleta seletiva.

Veja o que especifica o artigo 70 da Lei nº 10.534/2012:

O proprietário, o responsável ou o condutor de animal deverão proceder à limpeza, acondicionamento e remoção imediata dos dejetos do animal depositado em logradouro público, mesmo que esteja sem guia ou coleira.

Parágrafo único - Os dejetos de animais poderão ser dispostos na rede primária do sistema de esgoto sanitário local ou encaminhados para os serviços regulares de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, desde que devidamente acondicionados e em conformidade com as normas técnicas da SLU.

Penalidade: O infrator está sujeito a multa de R\$ 747,34.

O quintal é particular, a atmosfera é de todos

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as queimadas poluem mais que carros e fábricas nas cidades. Ao contrário do que acontece nas indústrias, onde a combustão é feita com o uso de catalizadores e filtros, as queimadas de fundo de quintal acontecem sem qualquer critério que possa minimizar seus efeitos no meio ambiente e na saúde.

Outro dado surpreendente: segundo o Centro para Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC), a queima de um quilo de folhas, galhos ou lixo, durante 10 minutos a uma temperatura de 200 a 400°C, é suficiente para desencadear sintomas respiratórios e de pele em adultos distantes a até 500 metros do foco da queimada. Ou seja, apesar de galhos e folhas serem naturais, a fumaça é sempre danosa.

Por estes e outros motivos, é muito importante dar ao seu lixo ou restos de poda a destinação correta. A queima destes materiais nos quintais, além de incomodar toda a vizinhança com fumaça e fuligem, pode causar problemas de saúde e pode também trazer problemas com a lei.

Apesar de grande parcela da população não ter conhecimento, de acordo com a legislação ambiental do município, “não é permitida, em nenhuma hipótese, a queima de lixo ou resíduos, ao ar livre” (artigo 26 do Decreto Nº 5.893/88). O infrator está sujeito a advertência por escrito e multas que variam de R\$ 51,50 a R\$ 2.574,89, dependendo do dano ambiental

provocado. As multas podem ser aplicadas em dobro, em casos de reincidência. Além disso, a Lei 10.534/2012, que trata da limpeza urbana, no artigo 55 inciso X, também proíbe essa prática, e o desrespeito à legislação acarreta multa de R\$ 960,87.

Qualquer cidadão pode denunciar um caso de queima de resíduos pelos canais de atendimento da Prefeitura, para que seja providenciada uma ação fiscal. As denúncias são recebidas pelo telefone 156 ou pessoalmente, na Central BH Resolve – Avenida Santos Dumont, 363, Centro. Há também um serviço de atendimento disponível na web: www.portaldeservicos.pbh.gov.br

Após a denúncia, o fiscal da PBH comparece ao local, realiza vistoria e, caso constate emissões causando poluição, o infrator é autuado com advertência ou multa.

O que fazer, então?

Quando for necessário dar um fim a restos de poda, há algumas alternativas: enterrar em cova rasa, que permita oxigenação e decomposição aeróbica, fertilizando o solo; jogar uma camada suficiente de terra por cima, para decomposição; usar em compostagem; e usar como cobertura morta, auxiliando na fertilização e retenção da umidade do solo.

Outra alternativa, se for pequena quantidade, é ensacar e colocar no lixo. O próprio morador pode também levar os resíduos até uma Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV), equipamentos públicos destinados a rece-

ber materiais como entulho, resíduos de poda, pneus, colchões, eletrodomésticos e móveis velhos até o limite diário de dois metros cúbicos. A população pode entregar os materiais gratuitamente nestas unidades. Na região da Pampulha, a Prefeitura disponibiliza os seguintes pontos de URPV:

Rua Rita Alves Castanheira, 50 – Dona Clara – fone: 3277-7922

Rua Castelo de Veiros, 315 – Castelo – fone: 3277-8411

Rua Renato Fontaine, 20 - Enseada das Garças - fone: 3277-7360

Av. Deputado Anuar Menhen, 550 – Santa Amélia – fone: 3277-7973

Rua Flor de Índio, 105 – Liberdade – fone: 3277-7963

Rua Cristiano Pereira Salgado, 200 – São José – fone: 3277-8430

Para saber o endereço de outras URPVs, basta entrar em contato com a PBH pelo telefone 156.

Curiosidade

De janeiro de 2011 a agosto de 2012, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Prefeitura recebeu 1.550 reclamações referentes a poluição atmosférica, nas quais se incluem a queima de resíduos. As solicitações foram mais recorrentes na Regional Pampulha, com 285 registros no período.

O serviço dos Carroceiros

Outra opção para dar fim aos restos de poda é a contratação de carroceiros. A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio das gerências de limpeza urbana, credenciam carroceiros para recolhimento de resíduos em residências. A renovação deste credenciamento é feita anualmente pela PBH.

Dentre os critérios para credenciamento, estão a emissão de certificado de licenciamento do veículo de tração animal e a carteira de habilitação de condutor de veículo de tração animal, ambos fornecidos pela BHTRANS, além da carteira de saúde de animal, fornecida pela Escola de Veterinária da UFMG, parceira do Programa Carroceiros, que oferece vacinação para o animal uma vez por ano.

Para contratar um carroceiro credenciado, basta ligar para o telefone da URPV mais próxima da sua residência. O serviço é pago e o valor é combinado diretamente com o carroceiro.

Alguns carroceiros credenciados dos bairros São Luís e São José:

Saulo: 8777-3086 e **José:** 8843-6571

meio ambiente

Coleta Seletiva na região da Pampulha não tem previsão de expansão

O serviço de coleta seletiva em Belo Horizonte, atualmente, é feito de duas formas: de porta em porta e de ponto a ponto. Neste último tipo de coleta, o morador faz a separação do lixo em sua residência e leva os materiais recicláveis até um dos 97 locais de entrega voluntária (LEV) existentes em BH.

No entanto, os contêineres disponíveis na região da Pampulha são insuficientes, geralmente encontram-se muito cheios e em péssimo estado de conservação. Outra grande reclamação dos moradores da Pampulha é que a coleta dos materiais entregues nos LEVs não é feita todos os dias, o que vem acarretando a superlotação dos contêineres.

De acordo com a assessoria da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte - SLU, o recolhimento dos materiais dos locais de entrega voluntária é feito de segunda a sábado na Orla da Lagoa; nos outros locais da região da Pampulha, o recolhimento segue dois roteiros: em certos lugares acontece na segunda e na quinta-feira e em outros, na terça e na sexta-feira.

Já na coleta de porta em porta,

um caminhão da Prefeitura passa recolhendo o lixo previamente separado pelos moradores. No entanto, este trabalho ainda não é realizado em toda a cidade. Segundo a SLU, cerca de 354 mil pessoas são beneficiadas, hoje em dia, com a coleta residencial. Realizada em 30 bairros (em alguns casos, em parte de bairros), todo material recolhido é destinado a associações ou cooperativas de catadores que fazem parte do Fórum Municipal Lixo e Cidadania.

Na região da Pampulha, somente os bairros São José e parte do São

Luís são atendidos pela coleta de porta em porta. Embora os moradores do bairro Bandeirantes e São Luís já tenham feito várias reuniões com a Regional Pampulha, com o intuito de sensibilizar a SLU quanto à importância da implantação da coleta seletiva de porta em porta, nas regiões onde ela ainda não é feita, o serviço não tem previsão de expansão.

De acordo com a prefeitura de Belo Horizonte, por meio da assessoria da SLU, a Lei Orgânica do município determina que o material reciclável seja repassado para as cooperativas

e associações de catadores. Ainda de acordo com a SLU, para que essa modalidade de coleta fosse expandida, seria necessária a ampliação dos convênios com as associações e cooperativas de catadores, já que as atuais conveniadas estão com os galpões lotados e, na prática, não teriam condições de receber uma demanda maior de material reciclável. No mais, segundo a SLU, seria necessário também, antes da ampliação da coleta de porta em porta, um estudo logístico e tecnológico, já que o custo da coleta e da destinação do material é elevado.



O lixo reciclável – plástico, papel, vidro e metal – é recolhido todas as quartas-feiras pela manhã. Moradores devem deixar bem acondicionados nas portas de suas residências.

política

Candidatos às eleições municipais devem assinar termo de compromisso

Em agosto de 2012, inúmeras associações de moradores da capital mineira, lideradas pelo Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte (MAMBH), elaboraram um “Termo de Compromisso diante dos Cidadãos”. Com esse documento, candidatos a prefeito e a vereador das eleições 2012 registram, em cartório, suas propostas e obrigações para o próximo mandato. “Apesar do texto não esgotar nenhum assunto ou demanda da população, é um norte para a cobrança de postura e ações de

nossos representantes municipais”, explica Fernando Santana, coordenador do MAMBH.

No termo de compromisso estão listadas algumas demandas comuns a todas as associações de moradores de Belo Horizonte. Entre elas, o respeito do candidato eleito aos direitos fundamentais dos munícipes, a promoção da qualificação dos cidadãos para os debates de políticas públicas, a interlocução com regiões da cidade

que o candidato representa, a transparência em seu mandato e o trabalho de forma ética. Além disso, existe um espaço em branco no documento para que cada associação acrescenta, à caneta ou em anexo, as reivindicações próprias da região.

A organização dos termos de compromisso ficou a cargo do MAMBH, mas, segundo Santana, cada associação tem também a obrigação de acompanhar e cobrar de seus candidatos. Santana lembra que o Movi-

mento é político, apartidário, cuja missão é contribuir para a aproximação do cidadão comum de seus representantes eleitos, colaborando de forma organizada com as propostas que atendam efetivamente aos interesses da comunidade. “Temos que lembrar que mudanças só ocorrem com nossas próprias iniciativas”, finaliza.

Acesse o link:

www.mambh.com.br para descobrir quais candidatos já entregaram o termo de compromisso.

entrevistas

Candidatos à prefeitura de BH e as suas propostas para a região da Pampulha

Os moradores da nossa região assistem, ano após ano, à degradação da Lagoa da Pampulha e de seu entorno. Considerada um dos principais cartões postais de Belo Horizonte, senão “o” cartão postal, o Sr. não acredita ser a Lagoa merecedora de uma revitalização, com planejamento sério, funcional e com cronograma e orçamento definidos? Quais são suas propostas em relação a isso?

Márcio Lacerda – A Lagoa da Pampulha é a imagem que melhor representa a nossa cidade no Brasil e em outros países. Por isso, toda a sua bacia vem recebendo a devida atenção da prefeitura, mas ainda há muito a ser feito. Para realizar a revitalização do espelho d’água, vamos investir R\$ 150 milhões, com recursos a serem obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que viabilizarão outras melhorias urbanísticas e de lazer, com foco na sustentabilidade. Já estão em andamento 37 obras para coleta e tratamento de esgoto, o que vai reduzir em 95% a quantidade de matéria orgânica lançada em córregos e ribeirões que formam a lagoa. A Copasa, em parceria com a prefeitura, está investindo R\$ 120 milhões na bacia da Pampulha e nós estamos participando, para coletar e tratar o restante do esgoto que cai nos córregos que deságuam na lagoa. A partir da interrupção do lançamento da matéria orgânica, vamos iniciar o trabalho de desassoreamento, com a retirada de 750 mil metros cúbicos de sedimentos. Licitemos empresas para esse trabalho e, logo depois, eliminaremos toda a poluição. Para maior segurança dos moradores, estamos investindo na reforma da iluminação de toda a orla e dos quarteirões adjacentes, com a

Marcus Desimoni



“Até 2014, a lagoa estará preparada para a prática de esportes náuticos.”

Márcio Lacerda

troca de 721 conjuntos de lâmpadas, luminárias e equipamentos técnicos. Faço uma proposta ousada: até 2014 a lagoa estará preparada para a prática de esportes náuticos.

Patrus – A Pampulha é hoje um exemplo do processo de degradação ambiental e as caras ações de limpeza que são executadas não dão conta da quantidade de esgotos, lixo e do assoreamento do seu espelho d’água. Precisamos de ações mais amplas, planejadas e integradas em uma política para a cidade. Queremos garantir a preservação da Pampulha não apenas para a Copa do Mundo, mas para todos os moradores de Belo Horizonte. Por isso, vamos priorizar a recuperação da

Lagoa da Pampulha com a realização de ações em toda a sua bacia hidrográfica, em parceria permanente com a Prefeitura de Contagem e a Copasa, bem como com entidades atuantes na região e a efetiva participação da comunidade. Outra ação importante é a implementação de um novo mapeamento que permita identificar os agentes poluidores e estabelecer um monitoramento permanente das fontes emissoras de esgoto e de lixo. Junto a essas ações, defendemos a legislação de proteção e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural da Pampulha, em contraponto às tentativas frequentes de modificar essa região por conta de interesses de especulação imobiliária.

A Pampulha tem sido alvo de especulação imobiliária desde sempre, contrariando o sonho de seus idealizadores, Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer. Qual a opinião do Sr. candidato e seus planos com relação à verticalização da Pampulha?

Márcio Lacerda – Nós não compactuamos com nenhum impacto urbanístico que possa prejudicar a imagem do projeto arquitetônico da Pampulha. Não há e não vai haver verticalização da região da Pampulha. Prova inequívoca é o substitutivo, enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal, ainda em 2011, por meio do qual deixamos claro que não haverá intervenções de verticalização na cidade. Essa proposta explícita com clareza que as áreas de diretrizes especiais da cidade terão seus atuais parâmetros urbanísticos respeitados e mantidos, com limites pré-estabelecidos para altura das edificações. A Pampulha, por definição

estabelecida pela Prefeitura, é uma área de diretrizes especiais e, como o próprio nome diz, deve ter um tratamento peculiar. Cada empreendimento novo na Pampulha deve ser devidamente analisado, caso a caso, com uma ampla discussão, com o claro compromisso de que não haverá verticalização do mais belo cartão-postal da cidade.

Patrus – Como disse na resposta acima, defendemos a legislação de proteção e conservação do patrimônio material e imaterial da Pampulha. E nosso primeiro compromisso é manter o diálogo permanente com os moradores da região. As prioridades na Pampulha e nas regiões afetadas pela verticalização serão definidas por seus moradores porque essa região faz parte do patrimônio histórico e cultural da cidade e isso precisa e será respeitado. O desenvolvimento econômico não precisa, necessariamente, ser conflitante com uma expansão urbana controlada. Pelo contrário, é necessário respeitar as exigências ambientais, culturais e do patrimônio. Sem isso, não teremos um desenvolvimento sustentável, não deixaremos legado para nossos netos. Fui relator da Lei Orgânica do Município, que estabelece ser competência da prefeitura o licenciamento para a construção de qualquer obra, observando o cumprimento das exigências ambientais, de trânsito, de limite de andares, entre outras questões. Esse tem de ser o tom do desenvolvimento de Belo Horizonte: um desenvolvimento sustentável e que respeite a dinâmica da cidade e não um desenvolvimento desordenado que imponha um custo elevado para nosso patrimônio e para nosso ambiente. Vamos inverter a prioridade para impedir a verticalização.

A liberação e a realização de projetos urbanos dependem da boa comunicação entre os órgãos interessados da prefeitura. Por exemplo, uma rua como a Conceição do Mato Dentro, que não comporta mais trânsito, não deveria ter novos usos e construções restringidos pelos órgãos compe-

entrevistas

Marcio Lacerda (PSB) e Patrus Ananias (PT) lideram as pesquisas para a prefeitura de Belo Horizonte. Eles falam para o jornal da Pro-Civitas sobre assuntos que afetam diretamente os moradores da região da Pampulha.

tentes; um estudo sério de impacto do Projeto de Operação Urbana da Antônio Carlos e Pedro I, não deveria sair de uma “conversa” entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, BHTrans e Secretaria de Meio Ambiente? O Sr. acha que existe essa boa comunicação entre os órgãos da prefeitura de Belo Horizonte?

Márcio Lacerda – A solução para a mobilidade em Belo Horizonte é o investimento planejado, constante e maciço em transporte público. Agora, é claro que não podemos deixar de promover melhorias para quem tem carro. Em dez anos, passamos de 700 mil veículos nas ruas de Belo Horizonte para mais de 1,4 milhão. Não existe falta de comunicação na nossa gestão, o que há é um passivo histórico, pois ninguém tratou desse problema nas décadas anteriores. Agora estamos recuperando o tempo perdido e era necessário impedir que a cidade parasse. Belo Horizonte tem hoje o maior conjunto de obras viárias do país, com projetos como o BRT, que beneficiará 750 mil pessoas por dia e vai retirar 800 ônibus da cidade. Teremos linhas de BRT nas avenidas Cristiano Machado e Antônio Carlos, chegando ao centro da capital. Ligamos avenidas importantes e geramos um novo acesso às regiões Norte, Noroeste, Venda Nova e da Pampulha. Asseguramos, junto ao governo federal, recursos para ampliação do metrô, graças à qualidade das propostas elaboradas pela nossa equipe. No caso da rua Conceição do Mato Dentro, o fluxo de veículos tende a ser reduzido à medida em que essas obras de mobilidade forem concluídas.

Patrus – Não tenho como fazer

Sergio Falci



“A Pampulha é hoje um exemplo do processo de degradação.”

Patrus Ananias

uma avaliação precisa e exata sobre o fluxo de informações na estrutura da Prefeitura hoje. O que posso dizer é que esta boa comunicação depende, e muito, da liderança do prefeito. Quando fui prefeito de Belo Horizonte, direcionamos nossos esforços para que todas as ações fossem coordenadas. As políticas públicas incidem sobre a vida da cidade inteira e o cidadão e a cidadã não são pessoas fragmentadas. Cada ação tem impacto em vários outros setores. É o conceito de desenvolvimento humano e sustentável, que tem de medir e considerar os impactos econômicos, sociais, ambientais, culturais. Se um setor se sobrepõe a outro, por exemplo, se apenas a dimensão econômica é considerada, certamente essa

estes transtornos aconteçam. Essas realizações já estão ocorrendo ou já estão em fase de planejamento, prontas para serem iniciadas. Belo Horizonte terá papel importante durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Porém, essas metas exigem muito trabalho, que já está sendo feito. Por isso, estamos preparando Belo Horizonte, não só para receber os milhões de turistas que virão ao Brasil, mas, também, para oferecer melhor qualidade de vida à população da cidade. Serão realizadas diversas obras na região, entre elas a estação BHBus São José, que é uma reivindicação da população local. Novas linhas de ônibus também estão previs-

comunicação entre setores da administração fica comprometida. Mas, repito, é uma questão de decisão política.

Os moradores da região estão temerosos e indignados com a reforma do Mineirão, que, segundo eles, ignorou os novos impactos que devem ser gerados após a inauguração, principalmente em grandes eventos. Alertam para os diversos problemas que, se já existiam anteriormente, vão ficar ainda mais preocupantes no futuro, como segurança e meio ambiente. Entretanto, o corte de vagas no estacionamento do estádio é o que mais preocupa, já que vai gerar um caos nas ruas próximas. Quais as propostas para que o assentamento residencial do entorno do estádio permaneça, de forma que não cause mais transtornos aos moradores?

Márcio Lacerda – A prefeitura já está realizando as intervenções necessárias para impedir que

tas para a região da Pampulha. Além da nova estação, a BHTrans já está realizando levantamentos para promover as melhorias necessárias em algumas vias de acesso ao estádio e a implantação de novas linhas de ônibus que facilitarão ainda mais o deslocamento para a região central e para o outro lado da Pampulha. Com um transporte público de qualidade, menos carros estarão nas ruas, com menos impactos para os moradores locais.

Patrus – Como eu já disse, todos os projetos e obras que estão em andamento serão continuados, seguindo, inclusive, uma determinação da Lei Orgânica do Município. O prefeito, quando assume, não pode interromper políticas e obras públicas em andamento para não prejudicar os próprios cidadãos. Isso não impede, no entanto, que possamos fazer os ajustes necessários, caso haja alguma avaliação equivocada ou que não tenha sido considerada na origem do projeto. Vamos também garantir maior agilidade às obras e intervenções urbanas para reduzir os transtornos para pedestres e motoristas. No entanto, tudo isso será feito em sintonia com as pessoas diretamente afetadas e envolvidas nessas intervenções e obras. Reafirmo que nosso compromisso é de diálogo com os moradores. Isso vale para os moradores da Pampulha, que conhecem e convivem com os problemas diariamente. Todas essas informações serão consideradas em nossas decisões. Posso afirmar, com tranquilidade, que, se for eleito, a voz dos cidadãos e cidadãs de Belo Horizonte será ouvida pela Prefeitura. E iremos encontrar, juntos, a melhor solução para compatibilizar desenvolvimento da região com a preservação de suas características principais. O entorno dos estádios sempre se notabilizou pelo seu caráter público, área de lazer e de livre circulação das pessoas. Vamos defender que prevaleça essa dimensão.

Pode tudo para a Copa?

Outubro de 2007: a Fifa anuncia o Brasil como a sede da Copa do Mundo de 2014 e também da Copa das Confederações, em 2013. A partir daí, começou a corrida dos estados para a preparação de uma megaestrutura, da mobilidade, passando pelo sistema aéreo e hoteleiro até a questão da sustentabilidade. Tudo para garantir o bom andamento do maior torneio futebolístico no tão notável “país do futebol”.

Neste cenário, Belo Horizonte é escolhida como uma das 12 cidades-sede. Palco de três partidas da Copa das Confederações de 2013 e de outras seis do Mundial de 2014. Surge, então, a necessidade de preparar o Mineirão para receber os ilustres eventos. Daí, começam as obras que devem mudar, antes, durante e depois, a realidade da nossa cidade.

O projeto para a reforma do Mineirão começou a ser formulado em novembro de 2009 e as obras, de fato, iniciaram-se em janeiro de 2010. De lá pra cá, a população da região da Pampulha é a principal “interessada” no andamento destas obras. A preocupação não tem sido

exatamente quanto ao cronograma da reforma para receber as seleções. O interesse da região é na forma como essas intervenções no Mineirão têm sido feitas. Existe respeito pelos moradores que, todos os dias, ao entrarem e saírem em suas casas, se deparam com um canteiro de obras gigante?

Há algum tempo, os moradores da região da Pampulha têm feito denúncias sobre os absurdos protagonizados pelas empreiteiras envolvidas nas obras do Mineirão. Em abril deste ano, moradores fizeram denúncias sobre a usina de concreto instalada dentro do Mineirão. Segundo eles, restos de concreto estavam sendo jogados nos bueiros das Avenidas Chafir Ferreira e Abraão Caram e chegavam até a orla da lagoa. Além disso, estariam sendo despejados na orla vários outros tipos de resíduos de materiais da obra.

A poeira também faz parte das principais reclamações dos moradores da Pampulha. De acordo com Juliana Renault Vaz, presidente da Pro-Civitas, os caminhões-pipa passam somente à noite nas ruas que



Bueiros da região viraram depósitos de restos de concreto



Orla da Lagoa da Pampulha recebe resíduos das obras do Mineirão



Caminhões trafegam livremente no entorno da Lagoa

estão no perímetro imediato do Mineirão. Fora do perímetro imediato, nunca passam! Desta forma, durante o dia, os moradores precisam conviver com grande quantidade de poeira.

Quanto ao trânsito, outros problemas vêm assolando a região da Pampulha nas imediações das obras. A comunidade vem denunciando, por meio de mensagens, ligações e fotos, sobre o tráfego de caminhões das executoras das obras. “É um total desrespeito ao acordo firmado entre Minas Arena, BHTRANS e moradores. Há excesso de velocidade, caminhões circulando sem a lona e em locais proibidos”, afirma Juliana. Além disso, há constantes interrupções em determinadas vias sem

aviso prévio e sem a orientação de agentes da BHTRANS.

A Secretaria de Estado Extraordinária para a Copa do Mundo (Secopa) afirma que no edital de contratação para obra é exigido da empresa responsável pelas obras do Mineirão que todos os transtornos passíveis de mitigação sejam tratados. Como, por exemplo, a baixa emissão de poeira, a implantação do lava-rodas, que não permite que caminhões e máquinas saiam das obras com os pneus sujos, a passagem do caminhão-pipa nas ruas do entorno, a vedação dos tapumes a fim de evitar passagem de sedimentos das obras para a rua etc.

Continua na página 9

A Rede Cidadã, empresa responsável pela interlocução entre a população e a Minas Arena, executora da reforma do Mineirão, apesar de todas as reclamações feitas pelos moradores, afirma que as obras estão sendo realizadas conforme previsto em projetos do edital de licitação das obras do estádio.

Canais de comunicação para dúvidas, sugestões e reclamações:

Secopa: copa@copa.mg.gov.br

Rede Cidadã: 3290-8015

você sabia?

Quanto custa cada vereador para os cofres públicos?

A atividade de um vereador é trabalho voluntário ou pouco remunerado em muitas cidades do mundo. Na cidade do México, por exemplo, o cargo de vereador é honorário, e não se recebe nada por ele. Em Estocolmo, capital da Suécia, cada vereador recebe mensalmente o valor equivalente a R\$ 350,00, ou seja, apenas uma ajuda de custo. No Brasil, no entanto, isto é bem diferente. E os 41 parlamentares de Belo Horizonte estão entre os mais bem pagos do país. Confira:

- **Salário mensal bruto:** R\$ 9.288,05
- **Verba indenizatória (pode chegar até este valor por meio de comprovação com notas fiscais):** R\$ 15 mil
- **13º salário:** R\$ 9.288,05
- **Verba do paletó (14º e 15º salários, pagos em dezembro e janeiro de cada ano):** R\$ 18.576,10
- **Franquia de telefone:** R\$ 800,00
- **Verba de gabinete (para contratação de até 15 funcionários para o gabinete):** R\$ 42.661,00
- Outros direitos:**
 - 1 mil envelopes timbrados tamanho ofício
 - 2,5 mil folhas de papel A4 timbradas

Segundo dados da ONG Transparência Brasil, o morador da capital de Minas Gerais gasta por ano, em média, R\$ 96,95 com as três esferas do poder legislativo: federal (Câmara dos Deputados e Senado), estadual (Assembleia Legislativa) e municipal (Câmara dos Vereadores).

Obras do Mineirão ocasionaram cortes de árvores

No total, 650 árvores foram suprimidas ao longo de todo o complexo de obras do Mineirão. No entanto, o plano de controle ambiental das obras de modernização do estádio prevê o plantio de aproximadamente 10.500 outras árvores na região da Pampulha. Deste total, o projeto paisagístico do

Mineirão incorpora 921 árvores de espécies nativas da flora brasileira no próprio terreno. De acordo com a Secretaria de Estado Extraordinária para a Copa do Mundo – Secopa, praticamente toda a madeira foi doada para artesãos mineiros. E como parte da contrapartida ambiental da Minas Arena,

empresa responsável pela obra e operação do Mineirão, está sendo implementada no zoológico uma área de apoio à produção de mudas e uma clínica fitossanitária. Além disso, foi feito o trabalho de transplante com algumas espécies indicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

5 mil vagas do estacionamento do Mineirão foram cortadas pela metade

Sim. Segundo a Secopa, o número de vagas atende à exigência legal da BHtrans e, futuramente, a proposta é estimular cada vez mais o uso do transpor-

te coletivo, já que na Av. Antonio Carlos passará um dos Bus Rapid Transit (BRT). O novo Mineirão, por sua vez, terá 2.521 vagas para carros, sendo 1.534 vagas

cobertas e 987 descobertas; além de 52 vagas para deficientes, 71 para bicicletas, 41 para carga e descarga, 61 para motos e duas para os Bombeiros.

debate

Candidatos à prefeitura de Belo Horizonte se encontram no Colégio Santa Marcelina

A fase final da campanha de todos os candidatos a prefeito da capital mineira já começou. A menos de duas semanas das eleições, no dia 25 de setembro, Márcio Lacerda, da Coligação "BH Segue em Frente", Maria da Consolação, da "Frente de Esquerda BH Socialista", Patrus Ananias, da "Frente BH Popular", Tadeu Martins, do Partido Pátria Livre (PPL) e Vanessa Portugal, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), se encontraram no Colégio San-

ta Marcelina, no bairro São Luís, para discutirem os programas de governo, principalmente o que diz respeito à região da Pampulha.

Organizado pela Pro-Civitas, o debate reuniu no auditório do colégio aproximadamente 200 pessoas. Moradores da região da Pampulha, professores e alunos do Santa Marcelina, candidatos a vereadores, acompanhantes e assessores dos candidatos e representantes de outras associações de moradores, como dos bairros Santo Agostinho, Bandeirantes, Planalto e Jaraguá acompanharam toda a discussão. Os candidatos tiveram, cada um, 15 minutos para as exposições iniciais e, depois disso, responderam a perguntas previamente elaboradas pela Pro-Civitas. Os assuntos foram diversos, entre eles, a verticalização e adensamento populacional da

Nidin Sanches



...os candidatos suas propostas para a Pampulha

Pampulha, Copa do Mundo, segurança da região, trânsito e a Lagoa da Pampulha.

De acordo com a presidente da Pro-Civitas, Juliana Renault Vaz, a experiência de um debate na comunidade é muito interessante, pois o contato pessoal com o candidato é mais intenso e importante do que o contato que o eleitor tem com a propaganda eleitoral na televisão ou no rádio.

Sérgio Falci



Aproximadamente 200 pessoas lotaram o auditório do Colégio Santa Marcelina e discutiram com...

Pro-Civitas e APIBB levam carta sobre segurança pública ao comando da assessoria institucional da Polícia Militar

Em junho deste ano, a Pro-Civitas, juntamente com a Associação Pró-Interesses do Bairro Bandeirantes (APIBB), entregaram ao Coronel Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, uma carta contendo observações e sugestões quanto à questão da segurança da região.

A reunião aconteceu na Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais. Segundo Juliana Renault Vaz, presidente da Pro-Civitas, a carta descreve fatores que mudaram decisiva e radicalmente o perfil da região da Pampulha e questiona a consequente necessidade de uma maior atenção quanto à questão da segurança.

Na Pampulha, área da 17ª Cia. de Polícia Militar, circulam, em média, 160 mil pessoas por dia, número que chega a dobrar, praticamente, durante os fins de semana. Além disso, nos últimos anos, surgiram incontáveis casas de eventos, bares e restaurantes, o que aumentou consideravelmente o fluxo de pessoas.

A região também sofre, atualmente, a elevação da circulação de pessoas por causa das obras de infraestrut

tura para a Copa do Mundo. Só na reforma do Mineirão trabalham três mil operários. Fora isso, a construção de pelo menos quatro novos hotéis no bairro São Luis, a chegada de novos cursos e alunos na UFMG, o surgimento de inúmeros prédios nos bairros São José, Ouro Preto e Paquetá, a criação do bairro Alto do Engenho e a inauguração de duas feiras de artesanato próximas ao Parque Ecológico e ao Jardim Zoológico, somam impactos incalculáveis no que diz respeito ao trânsito de pessoas e carros na Pampulha.

O que fica depois que a Copa passar?

O pós-Copa do Mundo é outro assunto que traz grande preocupação para os moradores da região da Pampulha. Sabe-se que com a reforma, o Mineirão e o Mineirinho estarão aptos a receber ainda mais eventos, que reunirão constantemente um grande número de pessoas em seu entorno.



Encontro reuniu moradores da Pampulha e representantes do 34º Batalhão da Polícia Militar na Cidade Administrativa

Só o Mineirão vai contar com uma esplanada de 80 mil metros quadrados e com capacidade para 65 mil pessoas, além da inauguração de bares, restaurantes e 120 lojas. Na contramão do aumento, o estacionamento do novo estádio reduziu as quase cinco mil vagas para pouco mais de 2,5 mil.

Essa questão traz consigo o questionamento de todos os moradores da região da Pampulha. Se antes,

em dias de jogos no Mineirão, várias ruas ficavam tomadas de carros, o que será feito agora, já que as vagas foram reduzidas pela metade? “E não é só isso. Como ficará a questão do policiamento, da iluminação, e da frequência com que vão acontecer eventos noturnos? Porque os jogos têm horário para começar e terminar, mas e os shows e outros tipos de eventos que vão acontecer?”, questiona Silvestre Paiano, morador do bairro São Luis.

No documento entregue, logo após essas observações, foram listadas sugestões para o reforço da segurança na região. Dentre várias coisas, as associações solicitaram a criação de um Batalhão de Polícia na Pampulha, conforme estudos já realizados e colocados em discussão em outros momentos com a PM e Prefeitura de BH.

Ao ser questionado sobre a posição da PMMG em relação às propostas, o Coronel Bianchini, que recebeu a carta, afirmou que todos os argumentos são procedentes, e que o documento foi encaminhado para o Tenente Coronel Idzel Fagundes, comandante do 34º BPM, responsável pelo policiamento da região da Pampulha, e para o Coronel Luiz Rogério Andrade, comandante de policiamento da Capital.



Vários assuntos foram levantados, entre eles o grande número de pessoas que circulam na região

Reunião discute a segurança na região da Pampulha

No dia 11 de setembro, cerca de 50 moradores da região da Pampulha compareceram a uma reunião no auditório do Colégio Santa Marcelina, localizado no bairro São Luis. O encontro contou também com a participação da Regional Pampulha, representada pelo atual secretário, Humberto de Abreu Junior, pelo seu chefe de gabinete, Cláudio Mota Campos, e pela secretária adjunta da Regional, Júnia Márcia Bueno Neves. As equipes regionais dos distritos sanitários e políticas sociais também estiveram presentes.

O início do evento foi marcado pelas palavras do secretário da Regional, Humberto de Abreu Junior, que escutou algumas preocupações dos moradores presentes e garantiu estar à disposição para tentar resolver os problemas da região. Depois, foi apresentada a equipe de abordagem de moradores de rua da Regional Pampulha.

Com eles, foi colocada a questão de um andarilho que tem sido alvo de muitas reclamações. “Trata-se do Carlos Alberto ou Betão, já apelidado de ‘homem-folha’, que circula pelas ruas dos bairros, onde faz suas necessidades e quebra plantas. Apesar de não ser agressivo, tem constrangido moradores



O secretário da regional, Humberto de Abreu Júnior, ouviu...

e depredado árvores e jardins”, explica Juliana Renault, presidente da Pro-Civitas. A equipe da Regional esclareceu que, nestes casos, os moradores devem ligar para o telefone 3277-2025, e eles tomarão as medidas necessárias.

Logo depois, a organização da reunião ficou por conta do Tenente Ricardo Gomes, comandante dos bairros São Luis e São José (UFMG e São Francisco) e coordenador do serviço Polícia e Família da 17ª Companhia do 34º Batalhão de PMMG. O Tenente apresentou uma palestra sobre segurança preventiva, e deu aos moradores presentes uma série de dicas e orientações a respeito do tema. Ele falou também sobre a necessidade da formação

de uma “malha protetora” nos bairros da região, com a participação do serviço Polícia e Família, patrulhas do bairro, moradores, comerciantes, Regional Pampulha e Associação Pro-Civitas.

Esta integração, a princípio, seria feita por meio do estímulo à criação de novas redes de vizinhos protegidos, além das já existentes. Mais tarde, seria feita a interligação dessas várias redes, estabelecendo uma malha de proteção. Dentre as ações deliberadas na reunião, destacam-se a instalação de uma nova rede de vizinhos protegidos na Rua Alexandre Barbosa, bairro São José, e a implementação das redes de comerciantes e bancos protegidos das Avenidas Coronel José Dias Bicalho e Antônio Abraão Caran.



... equipes da regional e moradores dos bairros do entorno da lagoa

notas

Rua Musas, um exemplo de luta

Quem já ouviu falar na polêmica “venda” da Rua Musas provavelmente já escutou também sobre a organização e a luta dos moradores daquela rua e da região. Em maio de 2011, a imprensa trouxe à tona a votação na Câmara Municipal de Belo Horizonte do Projeto de Lei 1.625/2011 (aprovado em dois turnos por 40 dos 41 vereadores de BH), que trata da alienação de um terreno de 1,7 mil metros quadrados localizado no Bairro Santa Lúcia, Região Centro-Sul da capital. Até aí, tudo bem. O problema é que dentro dessa área está parte da Rua Musas, onde moram 13 famílias que, até então, não tinham sido consultadas a respeito do PL. A partir daí, um persistente protesto foi feito pelos moradores da rua e do seu entorno, na tentativa de barrar a negociação. No local, seria construído um hotel de luxo, uma das ações da prefeitura para a Copa do Mundo de 2014. Duas representações foram feitas no Ministério Público. O movimento conseguiu audiências públicas, o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e mais de duas mil assinaturas no abaixo-assinado online do site www.salveamusas.com.br. Atualmente, o assunto encontra-se judicializado por meio de uma ação civil pública impetrada pelo IAB.

Bairro Santa Tereza contra a fúria da especulação imobiliária

Na região Leste de BH está o Bairro Santa Tereza, famoso pelo seu clima interiorano e boêmio. Berço de ícones da música brasileira como Milton Nascimento, Fernando Brant, Márcio Borges e Lô Borges (o chamado Clube da Esquina), ainda guarda características dos bairros da Belo Horizonte da década de 60, apesar do crescimento da violência e da especulação imobiliária. Desde 1996, Santa Tereza se caracteriza, no plano diretor da cidade, como uma ADE (Área de Diretrizes Especiais). Assim, foi possível limitar questões como adensamento e altimetria das construções no bairro.

Foram avaliados tombamentos e a permissão de empreendimentos de, no máximo, três andares. Em 2009, durante uma reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (Compur), a ADE foi mantida. A associação comunitária e lideranças da região estão sempre atentas quanto à defesa e proteção do bairro diante da “máquina compressora” do mercado imobiliário. Exemplo disso é a relação da comunidade com o Mercado Distrital de Santa Tereza. Construído no fim da década de 1960, ele foi fechado em 2007, sob protestos de moradores. Em 2008, a prefeitura decidiu transformar o espaço em sede da Guarda Municipal. A comunidade protestou e promoveu um plebiscito em que optou por dar ao espaço uma destinação cultural e gastronômica. Pela internet, as pessoas puderam votar em três projetos para o local. Um deles seria a construção de um mercado de convivência, proposta chamada de Mercado Mineiro de Santa Tereza. Mais uma vez, a associação dos moradores entrou em ação e denunciou fraude no processo de votação. O MP entrou com ação civil pública e cancelou a eleição. Atualmente, a PBH está com um novo projeto, também polêmico, para o espaço: a Escola Profissionalizante Automotiva do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A comunidade pretende acionar o Ministério Público Estadual. Isso porque o projeto parece ferir as normas da ADE do Bairro Santa Tereza.

Telefones úteis:

- **AISP-23 Pampulha:**
3498-3030
- **Regional Pampulha:**
3277-7920
- **Pro-Civitas:** 3490-4564
- **17ª Cia PM do 34º BPM:**
8491-9880
- **Equipe de abordagem de moradores de rua da Regional Pampulha:**
3277-2025

Pampulha em alerta: Construção de hotel atinge o lençol freático da região

“As áreas de diretrizes especiais - ADEs - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam. Artigo 75 da Lei de Regulação Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte.”

A Pampulha, considerada pelas ADEs como região especial, corre o risco de ver seu patrimônio cultural e arquitetônico degradado, por causa das obras que visam preparar a capital para a Copa do Mundo de 2014. O conjunto arquitetônico foi o primeiro a sofrer com a promulgação da Lei Municipal 9.952 que libera a construção de prédios com altura superior ao permitido pela legislação do município.

Na região da Pampulha, a altura máxima das construções permitida era de 9m. Com a nova lei, a restrição acabou para projetos que visem os jogos da copa, desde que inseridos em alguns poucos lotes da quadra 66 do Bairro São Luís, e em alguns outros

da quadra 4.700 da Avenida Fleming. E foi com base nesta lei que a prefeitura liberou a construção de dois hotéis na Avenida Alfredo Camarate, no bairro São Luís, com 40m de altura, a 1 km da orla da lagoa da Pampulha. Porém, o problema mais grave não é a altura. O projeto do Hotel Bristol foi considerado irregular, desde o início, por colocar em risco o lençol freático da região.

As denúncias de irregularidades somam vários documentos e lutas judiciais travadas entre a comunidade e a prefeitura desde 2011. Entre eles, está um parecer elaborado pela Procuradoria Geral do Município, em dezembro de 2011, que alerta sobre os riscos que o empreendimento traria ao lençol freático que abastece a bacia da Pampulha. Além desse, outro documento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, elaborado em junho do ano passado, atesta que a terraplenagem feita pelo Bristol Stadium Hotel colocaria, sim, em risco o lençol freático da Pampulha.

Apesar das denúncias, o Conselho Municipal de Política Urbana (Compur) autorizou a construção do hotel. No dia 13 de março, o Ministério Público entrou com pedido de liminar para suspensão da licença para a construção dos hotéis. No dia 21, o juiz Alyrio Ramos, da 3ª Vara de Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, rejeitou o pedido. A promotoria então entrou com um agravo, que também foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça.

Mesmo com a derrota na justiça, a Pro-Civitas continuou apurando as irregularidades da obra e em julho o Ministério Público solicitou um laudo técnico que constatou a alta vulnerabilidade do lençol freático da Pampulha. Na área onde o hotel Bristol



Construção de dois prédios do Hotel Bristol, na Pampulha, deixa vizinhos apreensivos

está sendo construído, a profundidade é de 7 metros e a construtora já teria perfurado 12m. O laudo confirma que a água que aflora no local é do lençol freático, que foi interceptado pelos cortes realizados no terreno e aponta também o rebaixamento do lençol com o bombeamento da água em poços.

Diante dessas constatações, no dia 21 de agosto o Ministério Público entrou na Justiça com um requerimento de interdição da obra e pediu que a licença para a construção fosse revogada. A promotora Marta Larcher justifica: “A construção viola o artigo oitavo da Lei Municipal 9037/2005, que proíbe que as edificações atinjam o lençol freático.” Até o fechamento dessa edição, a Justiça não havia se pronunciado.

A possibilidade de degradação do lençol freático deixa a comunidade da Pampulha apreensiva. Os vizinhos da obra, que já tiveram que conviver com a queda de muros, quebra de passeios e metade da rua interditada, agora estão assustados com a água que jorra do solo. Segundo os moradores, o trabalho prossegue dia e noite sem interrupções e duas enormes caixas d’água estão sendo construídas no solo. Sem informações, especulam que elas vão

armazenar a água que será usada pelo hotel. Mas será que o gasto futuro com a energia para bombear a água se justifica?

Procurado para falar sobre essa polêmica o Compur não atendeu a reportagem, e a assessoria de imprensa da PBH enviou apenas uma nota, onde afirma que “os estudos para aferirem possíveis impactos nos recursos hídricos na construção do hotel constam do processo de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), um parecer do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), órgão ligado ao Governo do Estado de Minas Gerais. O parecer conclui que a construção do hotel não vai interferir nos recursos hídricos. A empresa CMR, responsável pela obra, também se negou a falar, alegando que a imprensa tem deturpado as informações.

Diante desses fatos, a presidente da Pro-Civitas, Juliana Renault Vaz, acredita que a única esperança agora é a justiça: “O processo já foi todo documentado, comprovando que existem irregularidades, a começar pela alteração da lei para privilegiar um investimento específico, o que é, teoricamente, inconstitucional. Enfim está tudo listado. Então o único recurso de que dispomos é acreditar na justiça”, afirma.



Laudo técnico constatou alta vulnerabilidade do lençol freático